MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários

Aviso n.º 3011/2006 (2.ª série). — Nos termos dos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e por despacho do director-geral de 20 de Fevereiro de 2006, faz-se público que a Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários (DGAC) pretende proceder à abertura de procedimento concursal de selecção para provimento do cargo de chefe de divisão da Direcção de Serviços das Relações Externas Intra-Europeias, nos seguintes termos:

1 — Área de actuação do cargo a prover — o chefe de divisão exercerá funções no quadro das competências definidas no artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 344/91, de 17 de Setembro, para a Direcção de Serviços das Relações Externas Intra-Europeias, à qual compete coordenar, no domínio de intervenção da DGAC, todos os assuntos relativos às relações da Comunidade Europeia com os países da Europa não comunitária, bem como no âmbito da realização do espaço económico europeu, designadamente acompanhar e analisar as transformações políticas e económicas nos países da Europa Central e Oriental e acompanhar os processos decorrentes de pedidos de adesão à Comunidade Europeia, na sua área de competência.

2 — Requisitos formais de provimento — os constantes do n.º 1 do artigo 20.º da lei supracitada:

- Ser funcionário público licenciado dotado de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo;
- Ser detentor de quatro anos de experiência profissional em carreira para cujo provimento seja legalmente exigível uma licenciatura.

3 — Perfil — estar habilitado com licenciatura em Direito, ter experiência profissional nas relações da União Europeia com os países do Sudeste e do Leste da Europa, nas matérias do alargamento da União Europeia, no funcionamento das instituições comunitárias, nomeadamente do Conselho de Ministros da União Europeia e das instâncias preparatórias e no contacto com as missões diplomáticas de Portugal no estrangeiro e dos países estrangeiros em Portugal.

4 — Métodos de selecção:

- Avaliação curricular;
- Entrevista pública.

5 — Constituição do júri:

- Dr.ª Maria de Lurdes da Fonseca Ribeiro, directora de serviços das Relações Externas Intra-Europeias, que preside;
- Dr.ª Maria Clotilde da Câmara Pestana, chefe de divisão;
- Prof.ª Doutora Margarida Salema d'Oliveira Martins, designada pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

6 — Formalização das candidaturas — os eventuais interessados deverão enviar requerimento dirigido ao director-geral dos Assuntos Comunitários, por correio, com aviso de recepção, podendo ser entregue directamente na Secção de Pessoal, sita na Rua da Cova da Moura, 1, 1350-115 Lisboa, no prazo de 10 dias úteis contados a partir da publicação da vaga no *Diário da República*. Sob pena de exclusão, o requerimento deverá ser acompanhado de *curriculum vitae* detalhado, datado e assinado, bem como de documentos autenticados comprovativos dos requisitos enunciados nos n.ºs 2 e 3.

23 de Fevereiro de 2006. — O Director-Geral, *Nuno Brito*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Secretaria-Geral

Despacho (extracto) n.º 5618/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 1 de Fevereiro de 2006:

Cesária Maria Abreu Góis Lanzinha, chefe de secção do quadro do pessoal da Secretaria-Geral do Ministério das Finanças e da Administração Pública — nomeada, em regime de substituição, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, conjugado com o disposto na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 7.º, no n.º 3 do artigo 21.º e no n.º 2 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005,

de 30 de Agosto, chefe de repartição de Gestão Orçamental e Contabilística do quadro de pessoal da mesma Secretaria-Geral, a que corresponde o escalão 1, índice 460, do actual sistema retributivo da função pública, com efeitos reportados a 1 de Fevereiro de 2006. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

27 de Fevereiro de 2006. — O Secretário-Geral, *João Inácio Simões de Almeida*.

Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo

Despacho n.º 5619/2006 (2.ª série). — *Licença para o exercício de actividade.* — De acordo com o artigo 6.º do Regulamento (CE) n.º 111/2005, do Conselho, de 22 de Dezembro, e do artigo 3.º do Regulamento n.º 273/2004, do Parlamento Europeu e do Conselho, é concedida à empresa THIBOUD & C.ª, L.ª, pessoa colectiva n.º 500283974, com sede na Rua de Aquilino Ribeiro, 10, piso intermédio, direito, 2790-027 Carnaxide, a licença LA-0046-2006, para o exercício da actividade de importação e colocação no mercado das substâncias classificadas constantes da categoria 1 do anexo I dos citados regulamentos, sendo-lhe atribuído, nos termos do n.º 2 do artigo 52.º do Decreto Regulamentar n.º 61/94, o número de comercialização NC-0027-2006.

É revogada a licença LA-0012-1996.

8 de Fevereiro de 2006. — O Director-Geral, *Luís da Silva Laço*.

Direcção-Geral dos Impostos

Aviso (extracto) n.º 3012/2006 (2.ª série). — *Delegação de competências.* — Nos termos do n.º 1 do artigo 62.º da lei geral tributária, a chefe do 1.º Serviço de Finanças do concelho de Torres Vedras, Maria Júlia Mendes Ribeiro, delega no chefe da 4.ª Secção, em regime de substituição, relativamente às áreas a seguir indicadas, a competência para a prática dos seguintes actos:

1 — Chefia da Secção de Cobrança (Tesouraria de Finanças) — atribuição de competências, nos termos do artigo 62.º da lei geral tributária e para efeitos do n.º 2 do artigo 37.º do Código do Procedimento Administrativo, ao chefe de finanças-adjunto, em regime de substituição, da Secção de Cobrança deste Serviço de Finanças, Luís António do Rosário Carreira, TAT do nível 1, sem prejuízo das funções que pontualmente lhes venham a ser atribuídas pela chefe do Serviço de Finanças ou seus superiores hierárquicos, bem como da competência que lhe atribui o artigo 93.º do Decreto Regulamentar n.º 42/83, de 20 de Maio, que é a de assegurar, sob a minha orientação e supervisão, o funcionamento da Secção e exercer a adequada acção formativa e disciplinar relativa aos funcionários, competirá:

2 — De carácter geral:

2.1 — Manter a ordem e a disciplina na Secção a seu cargo, podendo dispensar os funcionários por pequenos lapsos de tempo, conforme o estritamente necessário;

2.2 — Controlar a assiduidade e pontualidade dos funcionários na respectiva Secção, com excepção da justificação ou injustificação de faltas e concessão de férias;

2.3 — Proferir despachos de mero expediente;

2.4 — Assinar e distribuir documentos que tenham natureza de expediente necessário;

2.5 — Verificar e controlar os serviços da respectiva Secção, incluindo os não delegados, de forma que sejam respeitados os prazos e objectivos fixados quer legalmente quer pelas instâncias superiores;

2.6 — Assinar a correspondência relativa à Secção de Cobrança;

2.7 — Providenciar para que sejam prestadas, com prontidão, todas as respostas e informações pedidas pelas diversas entidades;

2.8 — Tomar as providências necessárias para que os contribuintes sejam atendidos com a prontidão possível e com qualidade, tendo em conta as regras inerentes à preferência e prioridade no atendimento;

2.9 — Promover a organização e conservação em boa ordem do arquivo de documentos, processos e demais assuntos relacionados com a respectiva Secção;

2.10 — Providenciar para que os objectivos do plano de actividades superiormente determinados sejam atingidos na Secção;

2.11 — Assegurar que todo o equipamento tenha uma utilização racional, não abusiva, e um trato cuidado;

2.12 — Orientar e supervisionar a implementação da informática da respectiva Secção e exercer a acção formativa das várias aplicações;

2.13 — Verificar e distribuir diariamente todo o expediente entrado na Secção, devendo diligenciar no sentido de a mesma ser registada no Serviço de Finanças;

2.14 — Adoptar todos os procedimentos relativos à documentação a expedir, incluindo a atribuição do correspondente número, no clas-